



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**TERMO DE REFERÊNCIA n° 22/2025**

**Origem:** Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia

**Destinação:** Serviços de Saúde

**1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1** O presente objeto tem por finalidade a aquisição de curativos destinados ao tratamento de feridas crônicas e complexas, visando atender à demanda crescente de pacientes que necessitam de cuidados específicos para a cicatrização adequada de lesões. Os curativos serão utilizados para promover a recuperação da saúde dos indivíduos, assegurando um tratamento eficaz, que minimize o risco de complicações e contribua para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes. A aquisição busca garantir o acesso a insumos essenciais para o tratamento, de modo a atender a necessidade da população de forma eficiente e dentro dos padrões exigidos pela saúde pública.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE
01.	<b>CURATIVO AGE</b> - FRASCO DE 200 ML; PRODUTO COMPOSTO PRINCIPALMENTE POR ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAS (AGE), TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA (TCM) E ENRIQUECIDO COM VITAMINAS “A” e “E” e LECITINIA DE SOJA; POSSUI ALTA CONCENTRAÇÃO DE ÁCIDOS GRAXOS LINOLEICOS E OLEÍCO, É UM PRODUTO EMOLIENTE E HIDRATANTE QUE ACELERA A CICATRIZAÇÃO E PREVINE LESÕES. NA EMBALAGEM DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA; CLASSE DE RISCO III.	FRASCOS	4.200
02.	<b>HIDROGEL ESTÉRIL</b> - COBERTURA A BASE DE GEL TRANSPARENTE; ESTÉRIL; AMORFO, DE CONSISTÊNCIA COESA; COMPOSTO DE CARBOXINÉTICELULOSE E PECTÍNA, PROPILENOGLICOL E ÁGUA PURIFICADA. APROXIMADAMENTE 30G. SEM ALGINATO; EMBALAGEM DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. DEVE CONTER REGISTRO NA ANVISA. SEM CONSERVANTES E NÃO OCASIONE ARDÊNCIA NO LEITO DA LESÃO.	TUBO	5.250
03.	<b>GEL PARA DESCONTAMINAÇÃO DE FERIDAS</b> - COMPOSTO POR ÁGUA PURIFICADA, 0,1% DE POLIHEXAMETILBIGUANIDA (PHMB), COMPOSTO DE BETAÍNA, HIDROXIETILCELULOSE, EDTA, IMIDAZOLIDINIL URÉIA E PROPILENOGLICOL. COMBATE E PREVINE A INFECÇÃO, FAZ A	TUBO	3.400



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	DESCONTAMINAÇÃO DA LESÃO E MANTÉM O MEIO ÚMIDO. FRASCO COM 100ML.		
04.	<b>CURATIVO DE ALTA ABSORÇÃO</b> - CURATIVO PRIMÁRIO, ESTERIL, ABSORVENTE, NÃO ADERENTE, NÃO OCLUSIVO, COMPOSTO POR FIBRAS POLIABSORVENTES, FORMADAS POR NÚCLEO ACRÍLICO ENVOLTO POR PILIMÉROS E POLIACRILATO DE AÔNIA E MATRIZ CICATRIZANTE TLC (TECNOLOGIA LIPÍDIO COLOÍDE, COMPOSTO POR CARBOXIMETILCELULOSE E PARTÍCULAS, LIPOFÍLICAS); COM SAIS DE PRATA TAMANHOS 10X10CM. REGISTRO NA ANVISA OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. IGUAL OU SIMILAR UROGO CLEAN AG	UNIDADE	850
05.	<b>CURATIVO DE ALTA ABSORÇÃO</b> - CURATIVO PRIMÁRIO, ESTERIL, ABSORVENTE, NÃO ADERENTE, NÃO OCLUSIVO, COMPOSTO POR FIBRAS POLIABSORVENTES, FORMADAS POR NÚCLEO ACRÍLICO ENVOLTO POR PILIMÉROS E POLIACRILATO DE AÔNIA E MATRIZ CICATRIZANTE TLC (TECNOLOGIA LIPÍDIO COLOÍDE, COMPOSTO POR CARBOXIMETILCELULOSE E PARTÍCULAS, LIPOFÍLICAS); COM SAIS DE PRATA TAMNAHOS 15X15CM. REGISTRO NA ANIVSA OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. IGUAL OU SIMILAR UROGO CLEAN AG	UNIDADE	2.600
06.	<b>CURATIVO DE ESPUMA 10x10</b> - COBERTURA COMPOSTA POR ESPUMA DE POLIURETANO COM SILICONE, ESTERILIZADO, COM ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO VERTICAL, PROPORCIONA UM MEIO UMIDO IDEAL PARA O PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO, SEM BORDA, COM TIRAS TERMOSELADAS ABSORVENTES. FACE SUPERIOR APRESENTA FILME DE POLIURETANO IMPERMEÁVEL À ÁGUA QUE MANTÉM O AMBIENTE ÚMIDO, PERMITINDO AS TROCAS GASOSAS E SERVINDO DE BARREIRA CONTRA A INVASÃO DE BACTÉRIAS E OUTROS MICROORGANISMO. INDICADO PARA FERIDAS SEM RISCO DE INFECÇÃO. PODE FICAR ATÉ 7 (SETE) DIAS OU ATÉ SATURAÇÃO, DEPENDENDO DO QUE OCORRER PRIMEIRO. TAMANHO 10 CM X 10 CM. REGISTRO NA ANVISA OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	1.450



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

07.	<b>CURATIVO DE ESPUMA 15x15</b> - COBERTURA COMPOSTA POR ESPUMA DE POLIURETANO COM SILICONE, ESTERILIZADO, COM ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO VERTICAL, PROPORCIONA UM MEIO ÚMIDO IDEAL PARA O PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO, SEM BORDA, COM TIRAS TERMOSELADAS ABSORVENTES. FACE SUPERIOR APRESENTA FILME DE POLIURETANO IMPERMEÁVEL À ÁGUA QUE MANTEM O AMBIENTE ÚMIDO, PERMITINDO AS TROCAS GASOSAS E SERVINDO DE BARREIRA CONTRA A INVASÃO DE BACTERIAS E OUTROS MICROORGANISMO. INDICADO PARA FERIDAS SEM RISCO DE INFECÇÃO. PODE FICAR ATÉ 7 (SETE) DIAS OU ATÉ SATURAÇÃO, DEPENDENDO DO QUE OCORRER PRIMEIRO TAMANHO 15 CM X 15 CM. REGISTRO NA ANVISA OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNIDADE	UNIDADE	4.000
08.	<b>CURATIVO DE ESPUMA COM PRATA OU PHMB</b> - COBERTURA COMPOSTA POR ESPUMA DE POLIURETANO, COM OU SEM SILICONE, ESTERILIZADO COM ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO VERTICAL, PROPORCIONA UM MEIO ÚMIDO IDEAL PARA O PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO, FLEXÍVEL, SEM BORDA, NÃO ADESIVO, RECORTÁVEL, COM FACE SUPERIOR DA COBERTURA APRESENTANDO FILME DE POLIURETANO IMPERMEÁVEL. COMPLEXO DE PRATA QUE SE DISPERSA HOMOGENEAMENTE EM TODA MATRIZ DA ESPUMA. PLACA 15x15 CM	UNIDADE	2.600
09.	<b>ALGINATO DE CÁLCIO COM OU SEM SÓDIO</b> - COMPOSTO POR FIBRAS DE ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO DE ALTA ABSORÇÃO, DERIVADO DE ALGAS MARINHAS, A 120 GRAMAS POR M, COMPOSTO POR DUAS MOLECULAS DE ACIDO GULURÔNICO PARA CADA DE ACIDO MANURONICO. CAPACIDADE DE ABSORCAO: 20G/1G CURATIVO. PLACA 10 CM X10 CM.	UNIDADE	3.200
10.	<b>COMPRESSA COM PETROLATUM</b> - COMPRESSA NÃO ADERENTE DE RAYON, HIPOALERGÊNICA, IMPREGNADA COM EMULSÃO DE PETROLATUM; TAMANHO: 7,6CM X 20,3CM. EMBALADAS EM ENVELOPE PET/PE, ESTÉRIL POR RADIAÇÃO GAMA. REGISTRO NA ANVISA COMO CORRELATO CLASSE DE RISCO III (PRODUTOS DESTINADOS A SEREM USADOS PRINCIPALMENTE EM FERIDAS QUE TENHAM PRODUZIDO RUPTURA DA DERME E QUE SOMENTE PODEM CICATRIZAR POR SEGUNDA INTENÇÃO. REGISTRO NA ANVISA OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	6.100
11.	<b>CURATIVO ANTIMICROBIANO COMPOSTO DE TECIDO ACETATO</b> - IMPREGNADO COM DACC (CLORETO DE DIALQUIL CARBAMOIL). TECIDO DE ACETATO, TELA, TAMANHO 4,0CM X 6,0CM. INDICADOS COMO CURATIVO PRIMÁRIO EM FERIDAS SUPERFICIAIS OU PROFUNDAS.	UNIDADE	3.500



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

12.	BOTA DE UNNA - BANDAGEM FLEXESÍVEL DE GAZE BRANCA (70 % POLIESTER E 30% ALGODÃO) IMPREGNADO COM PASTA NÃO SOLIDIFICAVEL DE OXIDO DE ZINCO; ACACIA; GLICERINA; OLEO DE RICINEO E VASELINA; INDICADA PARA FEITURA DE BOTA UNNA. TAMANHO 10,16CM X 9,14CM; EMBALAGEM DEVE CONTER DA FABRICAÇÃO E VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE	3.000
13.	<b>FIBRA DE CARBOXIMETILCELULOSE 10X10 CM</b> - CURATIVO PRIMÁRIO, ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, MACIO EM FORMA DE PLACA, QUE ABSORVE GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO E BACTÉRIAS, RESISTENTE À TRAÇÃO, COMPOSTO POR DUAS CAMADAS DE HIDROFIBRA 100% DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, SEM ALGINATO DE CÁLCIO E/OU SÓDIO, COSTURADO COM FIBRA CELULÓSICA REGENERADA, ALTAMENTE RESISTENTE. DEVE PROMOVER A ABSORÇÃO VERTICAL, COM RETENÇÃO DO EXSUDATO NA FIBRA DO CURATIVO E A FIBRA EM CONTATO COM EXSUDATO SE TRANSFORMA EM UM GEL COESO QUE PERMITE A CONFORMABILIDADE NO LEITO DA FERIDA. REGISTRO DA ANVISA. TAMANHO 10X10, IGUAL OU CILMAR AQUACEL EXTRA SEM PRATA	UNIDADE	1.550
14.	<b>FIBRA DE CARBOXIMETILCELULOSE 15X15 CM</b> - CURATIVO PRIMÁRIO, ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, MACIO EM FORMA DE PLACA, QUE ABSORVE GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO E BACTÉRIAS, RESISTENTE À TRAÇÃO, COMPOSTO POR DUAS CAMADAS DE HIDROFIBRA 100% DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, SEM ALGINATO DE CÁLCIO E/OU SÓDIO, COSTURADO COM FIBRA CELULÓSICA REGENERADA, ALTAMENTE RESISTENTE. DEVE PROMOVER A ABSORÇÃO VERTICAL, COM RETENÇÃO DO EXSUDATO NA FIBRA DO CURATIVO E A FIBRA EM CONTATO COM EXSUDATO SE TRANSFORMA EM UM GEL COESO QUE PERMITE A CONFORMABILIDADE NO LEITO DA FERIDA. REGISTRO DA ANVISA. TAMANHO 15X15, IGUAL OU CILMAR AQUACEL EXTRA SEM PRATA	UNIDADE	2.200
15.	<b>HIDROFIBRA COM PRATA 10X10 CM</b> - CURATIVO ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, EM FORMA DE PLACA, QUE ABSORVE GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO E BACTÉRIAS, RESISTENTE À TRAÇÃO, COMPOSTO POR DUPLA CAMADA DE HIDROFIBRA DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, SEM ALGINATO DE CÁLCIO E/OU SÓDIO E COM 1,2% DE PRATA IÔNIA. QUE PROMOVE A ABSORÇÃO VERTICAL, COM RETENÇÃO DO EXSUDATO NA FIBRA DO CURATIVO E QUE EM CONTATO COM EXSUDATO SE TRANSFORMA EM UM GEL COESO QUE PERMITE A CONFORMABILIDADE	UNIDADE	1.800



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	NO LEITO DA FERIDA. DEVE POSSUIR AGENTES ANTIBIOFILME, COMO O BEC (CLORETO DE BENZETÔNIO), O EDTA (ÁCIDO TRIMETILDIAMONIOACÉTICO) OU SIMILAR COMPROVADO EM BULA. TAMANHO: 10x10. REGISTRO NA ANVISA. IGUAL OU CILMAR AQUACEL AG		
16.	<b>HIDROFIBRA COM PRATA 15X15 CM</b> - CURATIVO ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, EM FORMA DE PLACA, QUE ABSORVE GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO E BACTÉRIAS, RESISTENTE À TRAÇÃO, COMPOSTO POR DUPLA CAMADA DE HIDROFIBRA DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, SEM ALGINATO DE CÁLCIO E/OU SÓDIO E COM 1,2% DE PRATA IÔNICA. QUE PROMOVE A ABSORÇÃO VERTICAL, COM RETENÇÃO DO EXSUDATO NA FIBRA DO CURATIVO E QUE EM CONTATO COM EXSUDATO SE TRANSFORMA EM UM GEL COESO QUE PERMITE A CONFORMABILIDADE NO LEITO DA FERIDA. DEVE POSSUIR AGENTES ANTIBIOFILME, COMO O BEC (CLORETO DE BENZETÔNIO), O EDTA (ÁCIDO TRIMETILDIAMONIOACÉTICO) OU SIMILAR COMPROVADO EM BULA. TAMANHO: 15x15. REGISTRO NA ANVISA. IGUAL OU CILMAR AQUACEL AG	UNIDADE	2.200
17.	<b>HIDROCOLOÍDE</b> - COBERTURA ESTÉRIL, COMPOSTA DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E ELASTÔMEROS FLEXÍVEL; FORMADO DE GEL COESO, RECOBERTO POR UMA PELÍCULA EXTERNA SEMI PERMEAVEL; TAMANHO 15 X 15; EMBALAGEM DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE	2.550
18.	<b>CARVÃO ATIVADO COM PRATA</b> - CURATIVO PRIMÁRIO, ESTÉRIL, COMPOSTO POR UM TECIDO DE CARVÃO ATIVADO, IMPREGNADO COM PRATA ATIVA, CONTIDO EM UM ENVOLTÓRIO DE NÃO TECIDO SELADO EM TODA SUA EXTENSÃO. COM REGISTRO NA ANVISA. EMBALAGEM DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE TAMANHO 10X10	UNIDADE	2.100
19.	<b>BANDAGEM COMPRESSÃO ELÁSTICA DE MEDIA E ALTA COMPRESSÃO</b> - MEDINDO APROXIMADA 10CMX3,5 METROS. COMPOSTA POR NO MINIMO ELASTANO E ALGODÃO. PRESENÇA DE GUIA VISUAL REPRESENTADO POR RETANGULO IMPRESSOS EM PELO MENOS UM DOS LADOS DA BANDAGEM, INDICANDO 2 NIVEIS DE COMPRESSÃO, ALTA E MEDIA, ENROLADA DE FORMA CONTÍNUA E UNIFORME, SUPORTANDO NO MINIMO 10 LAVAGENS SEM	UNIDADE	600



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	COMPROMETIMENTO DE SUA FUNCIONALIDADE. REGISTRO NA ANVISA		
20.	<b>FILME TRANSPARENTE</b> - CURATIVO ADESIVO, ESTERIO OU NÃO, COMPOSTO DE POLIURETANO, IMPERMEAVEL A LIQUIDOS E A MICROORGANISMO, RECORTÁVEL, HIPOARLERGÊNICO, COM TAXA DE TRANSMISSÃO DE VAPOR (MVTR) COM VALORES ENTRE 800G E 950/M <sup>2</sup> /24H. TAMANHO APROXIMADO DE 15CMX10M(ROLO TRANSPARENTE). REGISTRO NA ANVISA.	ROLO	900
21.	<b>FILME TRANSPARENTE DE POLIURETANO 10X10 CM</b> - REVESTIDA COM ADESIVO HIPOALERGÊNICO INDICADA PARA ÁREAS DE ACESSO INTRAVENOSO, ÁREAS DOADORAS, QUEIMADURAS, ÚLCERAS E SUTURAS. DEVE POSSUIR SISTEMA DE LIBERAÇÃO COM DUAS ABAS POSSIBILITA APLICAÇÃO ASSÉPTICA COM UMA DAS MÃOS; POSSUI BORDAS ARREDONDADAS PARA EVITAR QUE A COBERTURA ENROLE; FILME SEM INTERMEDIÁRIO E RESPONSIVO A UMIDADE, É IMPERMEÁVEL AOS LÍQUIDOS EXTERNOS E MICROORGANISMOS: A COBERTURA PERMITE QUE ÁREA ONDE É APLICADA RESPIRE MELHOR, POSSIBILITANDO A TROCA DE UMIDADE E VAPOR DE OXIGÊNIO PARA MAIOR TEMPO DE USO; EXCELENTE BARREIRA CONTRA BACTÉRIAS E FLUÍDOS CONTAMINANTES.	UNIDADE	1.850

**1.2** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme disposto no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.3** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.4** A duração inicial da contratação que decorre deste documento terá o prazo de 12 meses contados da publicação do Contrato a ser firmado a partir da licitação no DOM - Diário Oficial do Município conforme ditames do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**1.5** O contrato/ata de registro de preço oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

## **2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

Os produtos entregues deverão atender aos seguintes critérios de validade:

- Para produtos com prazo de validade superior a 24 (vinte e quatro) meses, será exigida validade mínima de 60% (sessenta por cento) do total, contados a partir da data de fabricação.
- Para produtos com prazo de validade igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses, será exigida validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total, contados a partir da data de fabricação. Excepcionalmente, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento dessas condições, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços, poderá, em caráter extraordinário, admitir a entrega dos produtos. Nesses casos, o fornecedor estará obrigado a proceder à substituição imediata dos itens, sempre que solicitado, caso sua utilização se torne inviável dentro do período de validade remanescente.

## **4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Da Exigência de Catálogo ou Amostra**

**4.1.1** Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogo dos itens. Caso os catálogos não sejam suficientes para análise conclusiva acerca da aderência do objeto ofertado em relação ao requisitado, o Agente de Contratação ou Comissão de Contratação poderá solicitar a apresentação de amostra, que será analisada pelo corpo técnico da área demandante, sendo facultada a quaisquer interessados o acompanhamento da análise e de eventuais testes realizados pelo retro citado corpo técnico.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**4.1.2** É facultada prorrogação do prazo estabelecido para apresentação da amostra, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

**4.1.3** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, à proposta será recusada.

**4.1.4** Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- a) As certificações/ registro solicitadas
- b) Cumprimento da especificação do objeto

**4.1.5** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**4.1.6** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

**4.1.7** O(s) exemplar(es) colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**4.1.8** Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

**4.1.9** Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso na entrega.

## **4.2 SUBCONTRATAÇÃO**

**4.2.1** Não será permitida a subcontratação do objeto licitatório

## **4.3 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**4.3.1** Não haverá exigência de garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1 Condições da Entrega**

**5.1.1** As entregas aconteceram de forma parcelada em até 15 (quinze) dias úteis após emissão da ordem de fornecimento.

**5.1.2** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5(cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.1.3** Os itens deverão ser entregue no Almoxarifado de Central, situado endereço Av. VIII, nº 50, bairro Frimisa, neste município de Santa Luzia/MG, no horário de 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:30. Após a emissão da ordem de fornecimento a contratada terá 15 (quinze) dias úteis para entrega do item.

### **5.2 Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

**5.2.1** Não qualifica.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**6.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**6.7.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**6.7.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

**6.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

**6.7.5.** O fiscal técnico do contrato, comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**6.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**6.8.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**6.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**6.9.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**6.9.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.9.3.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**6.9.4.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**6.10.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**6.11.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

## **7- CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **7.1 Recebimento do Objeto**

**7.1.1** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.1.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.1.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15(quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**7.1.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.1.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.1.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.1.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7.2 Liquidação**

**7.2.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias consecutivos para fins de liquidação, na forma desta seção, nos termos do artigo 9º, do Decreto Municipal 3.526, de 11 de Fevereiro de 2020.

**7.2.2** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.2.3** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**7.2.4.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**7.2.5.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.2.6.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.2.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a se efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.2.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.2.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **7.3 Prazo de Pagamento**

**7.3.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**7.3.2.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-e de correção monetária.

**7.3.4.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.3.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.3.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.3.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.3.8.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **7.4 Índice de Reajuste Contratual**

**7.4.1.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.4.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.3.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**7.4.4.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.4.5.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.4.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.4.7** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

**8.1.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade registro de preço, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

### **8.2 Exigências de habilitação**

**8.2.1** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **8.3. Habilitação jurídica**

**8.3.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.3.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.3.3** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**8.3.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.3.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**8.3.8.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

## **9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** São obrigações do Município de Santa Luzia, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Santa Luzia ou CONTRATANTE:

I - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

II - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais / equipamentos, recebidos provisoriamente, com as especificações constantes do Anexo I do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

III - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

IV - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de Fiscal(is) designado(s).

V - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto.

VI - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **10- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

I. Cumprir todas as obrigações constantes neste TR, Edital e em sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

II. Responsabilizar-se pela entrega dos materiais/equipamentos, quando solicitado, no Almoarifado Central da Prefeitura de Santa Luzia, situado na Avenida III, nº 311, Bairro Parque Norte, em Vespasiano, em dias de expediente e nos seguintes horários: 08h00min às 16h30min, devendo ser confirmado pelo telefone (31) 3641-5277.

III. Responsabilizar-se pela entrega dos materiais/equipamentos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes deste TR, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia e prazo de validade, respondendo por quaisquer danos que eventualmente vier a causar a pessoas ou bens.

IV. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

V. Substituir ou repor o produto que não estiver de acordo com as especificações deste Termo de Referência, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação feita pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia.

VI. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

VII. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIII. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

IX. Manter, durante a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, exigidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

X. Responsabilizar-se pelo pagamento de seguros, impostos, taxas, fretes e serviços destinados ao cumprimento do contrato.

XI. Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus adicional para o Contratante, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, seguros, lucros e frete.

XII. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado, a existência de problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

XIII. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou ser causado por seus prepostos ao Contratante ou a terceiros.

**Critérios de Sustentabilidade aplicáveis à aquisição de curativos e insumos de saúde:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

XIV. Priorizar, sempre que possível, produtos confeccionados com materiais de origem sustentável, recicláveis ou que utilizem embalagens com menor impacto ambiental, desde que atendam plenamente às normas técnicas e sanitárias aplicáveis a insumos de saúde.

XV. Assegurar que as embalagens dos produtos fornecidos sejam reduzidas ao mínimo necessário, observando-se a proteção e esterilidade dos materiais infectantes, em conformidade com as normas da ANVISA.

XVI. Garantir que os resíduos decorrentes da produção e do fornecimento dos insumos estejam em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), responsabilizando-se pela destinação ambientalmente adequada dos rejeitos de sua cadeia produtiva.

XVII. Adotar práticas de logística reversa para caixas e materiais secundários de acondicionamento, quando tecnicamente viável, sem prejuízo das normas de biossegurança aplicáveis ao manuseio de curativos e demais insumos classificados como infectantes.

## **11. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

**11.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**11.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**11.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**11.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**11.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**11.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**11.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **12 Qualificação Econômico-Financeira**

**12.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**12.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**12.3.** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo )/( Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

**12.4.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

**12.5.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**12.6.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

**12.7.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **13. Qualificação Técnica**

#### **13.1 Qualificação Técnico-Operacional**

**13.1.1** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**13.1.2** Para fins da comprovação de qualificação técnica a licitante deverá apresentar, ainda:

**13.1.2.1** Autorização de funcionamento da empresa licitante, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, exigência do art. 2º da Lei Federal 6.360/76, art. 2º do Decreto Federal 79.094/77, art. 7º, inciso VI da Lei Federal 9.782/99 e Portaria Federal 2.814/98.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**13.1.2.2** Alvará Sanitário ou Licença Sanitária ou Licença de Funcionamento, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede da licitante.

**13.1.2.3** Em caso de produto dispensado da obrigatoriedade de registro, as empresas devem apresentar a comprovação da desnecessidade de registro de cada item licitado.

**13.1.3** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**13.1.4** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**13.1.5** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**13.1.6** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971; 12.3.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**13.1.7** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**13.1.8** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

**13.1.9** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

**13.2** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembléia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembléia; d) editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

**13.3** A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **14 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**14.1** O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.970.322,00 (três milhões novecentos e setenta mil trezentos e vinte e dois reais) conforme custos unitários apostos em anexo.

**14.2** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

#### **15. Adequação Orçamentária**

**15.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

**15.2** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

#### **MANUT.AMPL.E FORT. ATENÇÃO PRIM. SUS**

02.033.003.10.301.2049.2162

3.3.90.30.00.00 Material de Consumo

**FONTE: 1621 FICHA: 1097**

**15.3** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Santa Luzia, 13 de junho de 2025.

RODRIGO INACIO ALVES

GAZETO:01548995690

**Rodrigo Inácio Alves Gazeto**  
**Secretário Municipal de Saúde**  
**Santa Luzia- MG**

Assinado de forma digital por RODRIGO

INACIO ALVES GAZETO:01548995690

Dados: 2025.08.27 09:12:25 -03'00'